

## Caminhos e descaminhos na ligação entre litoral e sertão

BRÜGGEMANN, Adelson André. *Ao poente da Serra Geral: a abertura de um caminho entre as capitânicas de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. 198 p.

Bernardo Utermoehl  
[bernardobira@msn.com](mailto:bernardobira@msn.com)  
 Universidade Federal de Santa Catarina

O começo é sempre mais difícil.  
 Organizar as idéias e começar  
 de forma coerente. O que dizer primeiro?  
 O que é mais significativo? Nunca se sabe.  
 Apenas se tenta...

O litoral e o sertão. Qual seria o verdadeiro sentido, no contexto do século XVIII, dessas duas palavras, para os indivíduos que viveram aquela época? E para aqueles que pensaram e agiram com a intenção de ligar, conectar esses dois ambientes tão distantes? Contradição, esse é o primeiro aspecto que nos vem à mente em uma primeira e breve análise do pensamento daquela época sobre esses dois territórios.

O litoral é ambiente conhecido, local por onde se tem acesso aos novos territórios através do mar, ao qual eram tão ligados os colonizadores do novo continente. É por essa via que se estabelecem os primeiros contatos com a natureza desconhecida das novas terras. O sertão, de difícil acesso, é o lugar dos mistérios, do desconhecido, da natureza a ser explorada por destemidos desbravadores que se atrevessem a embrenhar-se por caminhos complicados, sinuosos.

Foi ao longo do século XVIII que se estabeleceram os contornos mais ou menos definidos do que viria a ser o território brasileiro. As disputas de terras entre os impérios português e espanhol na região do Rio da Prata estavam finalmente a ponto de encontrar, se não um consenso, ao menos uma estabilização. E se mostrava evidente o fato de que, se o Império português quisesse manter suas possessões na região platina, assim como o território que lhe cabia por “direito” desde o Tratado de Tordesilhas e que desde então havia se expandido para oeste, teria



de concentrar esforços na exploração do sertão, a fim de dinamizar e efetivar a sua ocupação. Paralelamente às pressões externas provocadas pelas disputas imperialistas entre as potências ibéricas, havia as pressões internas, fruto dos conflitos entre os poderes políticos das diferentes capitanias brasileiras.

A pesquisa empreendida pelo jovem historiador catarinense Adelson André Brüggemann, materializada na obra “*Ao poente da Serra Geral: a abertura de um caminho entre as capitanias de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII*”, busca desvendar os múltiplos significados assumidos sobre o caminho que possibilitou o conhecimento, por parte da administração da capitania de Santa Catarina, do sertão. Caminho este compreendido pelos territórios além da Serra Geral e da Serra do Mar, consideradas até então como os limites da capitania.

A partir da fundação da vila de Lages pelos paulistas, que serviria de entreposto no caminho que ligava as localidades de Viamão e Sorocaba, possibilitando o transporte e comércio do gado, inicia-se uma disputa entre as capitanias de Santa Catarina e São Paulo. A fundação da dita vila acaba por despertar o interesse do governo da vila de Desterro pelo sertão despovoado e até então desconhecido, de maneira que iniciativas privadas passam a ser incentivadas para a abertura de um caminho que ligasse o litoral a Lages, em pleno sertão. Além de garantir o domínio da capitania de Santa Catarina sobre os territórios localizados a oeste da vila de Desterro e que por isso pertenceriam a esta capitania, buscavam as autoridades dinamizar a economia da região, que sofria com a crise provocada, no âmbito local, pela queda nas atividades de pesca da baleia.

O autor destaca a mudança ocorrida no século XVIII na forma de administrar os territórios, por parte dos governantes. O sertão passa a despertar o interesse das autoridades. O relatório do alferes Antônio José da Costa, a quem foi concedida autorização de exploração do sertão e a abertura de um caminho ligando a vila de Desterro à vila de Lages, destaca visivelmente os aspectos da natureza do percurso entre as duas vilas que poderiam ser explorados economicamente a fim de dinamizar e principalmente diversificar a economia da capitania.

Os pinheiros, dos quais se extraíam resinas e se aproveitava a madeira, os campos férteis propícios ao desenvolvimento da agricultura, todos esses aspectos eram vistos como possibilidades de exploração econômica do território, que seria concretizada com a futura ocupação efetiva do território, colaborando da mesma forma com os rendimentos do Estado,



através da cobrança de impostos sobre a circulação de mercadorias. O autor chama a atenção para a mudança de sentido da natureza inaugurada nesse contexto. Antes entrava no caminho até a vila de Lages, barreira de difícil transposição, a natureza assume agora um caráter de importante fonte de recursos econômicos.

A vila de Lages passa a ser reivindicada pela administração da província de Santa Catarina após a abertura do caminho entre o litoral e o sertão. O principal pretexto era o de que a vila ficava muito mais próxima da Ilha de Santa Catarina do que de São Paulo, e no caso de haver necessidade de auxílio contra ataques espanhóis e indígenas, seria a vila de Desterro que poderia proporcionar proteção e socorro com mais urgência.

A mudança na concepção de defesa do território também é observada pelo autor, no período em questão, e a importância da geografia nas disputas administrativas e na tomada de decisões que repercutem no desenrolar do processo histórico é um ponto muito bem discutido na obra, com apoio em forte referencial teórico. Percebe-se, dessa forma, como a noção de ocupação e defesa de pontos estratégicos no litoral, sem ligação nem apoio de forças no interior, fica desacreditada após a ocupação da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis no ano de 1777. A partir daí se evidencia a necessidade de ligações entre as diversas localidades que, umas em relação às outras, poderiam servir de refúgio em caso de retirada, e de apoio na manutenção ou na retomada de uma posição perdida. O fracasso do sistema de defesa baseado nas fortalezas, quando da ocupação espanhola, foi o fator principal que levou as autoridades portuguesas a repensar o modelo de defesa adotado até então.

Grandes recursos foram investidos pela administração da capitania de Santa Catarina na abertura do caminho até a vila de Lages. Pretendia-se manter esse caminho através da atividade comercial nele desenvolvida, que geraria rendimentos para o Tesouro Real com a cobrança de impostos, e teria como principal suporte o povoamento do território ao longo do percurso, efetivado com as concessões de sesmarias. Essas propriedades também serviriam como refúgios, pousadas para os viajantes que poderiam se abrigar das intempéries e do ataque de indígenas.

No entanto, a atividade comercial realizada no caminho se mostrou insuficiente para mantê-lo, de modo que em pouco tempo definha e fica abandonado. Não se sabe exatamente o motivo de desinteresse por parte dos comerciantes de desenvolver atividades por essa nova via. O certo é que o percurso era difícil e a assistência pouca, já que não havia pontos de apoio e os comerciantes ficavam vulneráveis a todo tipo de contratemplos. O que se assiste, a partir daí, é um



apelo das autoridades da vila de Desterro à administração central, na figura do Vice-Rei, na tentativa de salvar o caminho e tornar viável a sua utilização através do incentivo a ocupação, de maneira a não permitir que todos os esforços e recursos aplicados na sua abertura fossem, por fim, em vão.

Com vasta pesquisa em fontes primárias, compreendidas principalmente pelos documentos oficiais da administração colonial portuguesa relativos às capitanias de Santa Catarina e São Paulo durante o século XVIII, a obra de Brüggemann esclarece os diversos motivos que levaram os encarregados do poder político no litoral a empreenderem a exploração do sertão desconhecido rumo à vila de Lages, estabelecendo importante ligação nas relações entre esses dois universos paralelos, que até então se encontravam totalmente desconexos.

